

DEMOCRACIA EM JOGO: ASPECTOS CONTROVERSOS DO DIREITO ELEITORAL E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Maicom Da Silva Rosa
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Luciana Calado Pena

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O direito eleitoral é um componente essencial da democracia, refletindo a interação entre a legislação e a vontade popular. No Brasil, a Constituição de 1988 estabelece os fundamentos do sistema eleitoral, consagrando princípios como o sufrágio universal e o pluripartidarismo (BRASIL, 1988). No entanto, a aplicação dessas normas enfrenta desafios significativos, como a manipulação política, a desinformação e as desigualdades sociais. Este trabalho busca analisar os aspectos controversos do direito eleitoral brasileiro, examinar as leis pertinentes e discutir seus impactos na sociedade contemporânea. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como as normas eleitorais moldam o cenário político e influenciam a participação cidadã.

Objetivo

Investigar os aspectos controversos do direito eleitoral no Brasil, analisando suas implicações sociais e políticas. Pretende-se identificar as principais leis e artigos que regem o processo eleitoral e discutir como essas normas afetam a dinâmica da democracia no país.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica de obras de referência sobre direito eleitoral e análise de documentos legais. As principais fontes incluem a Constituição Federal de 1988, o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) e legislações recentes que impactam o processo eleitoral, como a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 12.034/2009 (que alterou a Lei nº 9.504/1997), a Lei nº 13.165/2015 (Lei da Ficha Limpa) e a Lei nº 14.206/2021 (que também alterou a Lei nº 9.504/1997). A pesquisa foi complementada por entrevistas com especialistas da área jurídica e análise de dados eleitorais disponíveis em plataformas oficiais.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as normas eleitorais brasileiras, embora robustas, apresentam lacunas que podem ser

exploradas para fins políticos. A análise das leis revela que práticas como a compra de votos e a desinformação nas redes sociais comprometem a integridade do processo eleitoral. Além disso, a desigualdade no acesso à informação e aos recursos financeiros perpetua um ciclo vicioso de exclusão política. A discussão destaca a necessidade urgente de reformas que garantam maior transparência e equidade no sistema eleitoral.

Conclusão

Em suma, o tema "Democracia em Jogo: Aspectos Controversos do Direito Eleitoral e Seus Reflexos na Sociedade" nos coloca diante de um debate crucial sobre a saúde da democracia. As leis eleitorais, embora fundamentais para a organização de eleições justas e transparentes, geram controvérsias que reverberam na sociedade. A busca por um sistema que garanta a participação cidadã e a representatividade, sem abrir brechas para a manipulação e a desigualdade, exige um debate constante e crítico.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral. Brasília, DF: Senado Federal, 1965.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre as eleições. Brasília, DF: Senado Federal, 1997.
- BRASIL. Lei nº 12.034, de 28 de outubro de 2009. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.165, de 10 de março de 2015. Dispõe sobre a inelegibilidade de candidatos a cargos eletivos. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.
- BRASIL. Lei nº 14.206, de 14 de setembro de 2021. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições. Brasília, DF: Senado Federal, 2021.